

Economistas temem desequilíbrio fiscal

O GLOBO 28 FEV 1993

SÃO PAULO — A “âncora monetária” cogitada pelo ministro da Fazenda, Paulo Haddad, como forma de derrubar a inflação, é uma tese bem aceita pelos economistas. Há muitas dúvidas, entretanto, sobre a disposição do presidente Itamar Franco de aceitar um severo controle da emissão de moeda, em razão de seus planos, já anunciados, de investir na área social e em obras de infra-estrutura, como a recuperação das estradas federais.

— O sucesso de qualquer âncora pressupõe um equilíbrio fiscal do setor público, o que ainda não existe. Caso contrário, a queda dos índices de inflação seria, se muito, lenta e gradual — comenta o professor Celso Martone, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP.

As pré-condições citadas por Haddad para a introdução da “âncora” — o saneamento das dívidas do setor elétrico, a reestruturação da Caixa Econômica Federal e acordos com os credores externos — são viáveis, na opinião do economista.

Mas ele ainda cita outro foco de desequilíbrio fiscal que pode causar sérios problemas para o Governo: os bancos estaduais. Martone teme que os gastos excessivos de alguns governos estaduais, já de olho nas próximas eleições, possam comprometer, neste ano, os planos do Governo

de obter um superávit em suas contas.

— Ainda falta mais de um ano para as eleições, mas o fato é que a farra com o dinheiro público sempre começa muito antes. E para evitar isso, o Governo terá de usar sua força e prestígio — diz ele.

Segundo ele, um corte brusco na oferta de dinheiro poderia reduzir drasticamente o nível de atividade econômica, que já se encontra em patamares muito baixos. Vontade política também é a receita de Fernando Milliet, ex-presidente do Banco Central, para que o Governo avance no combate à inflação. Em sua opinião, o alongamento voluntário da dívida interna, por exemplo, é um ponto fundamental para que o governo possa voltar a fazer política monetária. Contudo, ressalta, isso demanda um maior grau de confiança dos investidores no setor público.

— Chegamos a essa situação, que obriga o governo a pagar juros dos mais elevados do planeta e a rolar diariamente sua dívida, por culpa de desequilíbrios que nunca foram atacados. Ainda assim, creio que se o Governo estabilizar as regras da economia e se comprometer seriamente com a contenção da emissão de moeda, poderá conquistar a confiança dos agentes econômicos, e imprimir um ritmo de queda da inflação.